

MERCADO FINANCEIRO

Bolsa rompe 171 mil pontos

Embalada pelo bom humor dos investidores, B3 dispara 3,3% e fecha aos 171.816 pontos, maior patamar da história

» PEDRO JOSÉ*

O mercado financeiro embaçou no bom humor do recuo das declarações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em Davos, na Suíça, no Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês), evitando uma escalada na crise com a Groenlândia antes mesmo de concluir a invasão militar da Venezuela. Em discurso no resort suíço ontem, Trump negou o uso de força na questão da Groenlândia e anunciou, mais tarde, que não aplicará tarifas adicionais à Europa, a partir de fevereiro, evitou uma queda maior para o dólar.

Em Nova York, o Índice Dow Jones teve alta de 1,21% enquanto que, no Brasil, o Índice Bovespa (IBovespa), principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), bateu vários recordes ao longo do dia e encerrou o pregão de ontem acima de 171 mil pontos pela primeira vez na história.

No fechamento da B3, o IBovespa avançou 3,33%, para 171.816 pontos, com os papéis do Grupo Toky e da Paranapanema liderando os ganhos no dia, com altas de 18,97% e de 18,82%, respectivamente. Foi a primeira vez desde 9 de abril de 2025, quando avançou 3,12%, que o IBovespa obteve um ganho acima de 3%. A alta de ontem também foi a maior em quase três anos, superado apenas pelo salto de 4,29% de 11 de abril de 2023. Na semana, o indicador acumula alta de 4,26%, e, no ano, de 6,64%.

O avanço da B3 reflete um movimento de diminuição da aversão ao risco dos investidores. E, no câmbio o mesmo ocorre com a valorização do real frente ao dólar, que segue recuando frente às moedas emergentes de forma geral. Ontem, a divisa norte-americana recuperou 1,11% frente



Enquanto IBovespa dispara 3,3% e registra maior alta diária em três anos, dólar registra queda de 1,11% e fecha cotado a R\$ 5,321

ao real e encerrou o pregão cotada a R\$ 5,321 para a venda.

De acordo com o economista André Perfeito, da Garantia Capital, o novo recorde da B3 não é privilégio apenas do Brasil desse "fuga para a qualidade", que é a busca pelo ouro e pela prata, mas que tem deixado a rebarba para as commodities. "Os países emergentes têm se beneficiado do movimento duplo da Bolsa em alta e dólar em queda. Claro, o Brasil se beneficia mais por conta da nossa

estrutura mais organizada no mercado de capitais que outros países e também pelas empresas listadas ligadas a commodities", disse.

Outro fator de atenção para o mercado internacional, ontem, foi o julgamento da diretora do Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) Lisa Cook. Por fim, a Suprema Corte dos EUA indicou que tende a manter Cook no cargo, diminuindo a pressão de Trump na autoridade monetária. O alívio nos mercados ocorreu

porque "Trump foi claro em Davos de que não vai usar força na questão da Groenlândia", acrescenta o diretor de Análise na Zero Markets Brasil, Marcos Praça.

Nova liquidação

No Brasil, as atenções dos agentes financeiros brasileiros também ficaram voltadas à decisão do Banco Central de decretar a liquidação extrajudicial da Will Financeira, controladora da Will Bank e subsidiária do Banco

Master. Foi a terceira liquidação em pouco mais de dois meses.

Procurada, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirmou que não comenta casos específicos de instituições financeiras, mas entende que o regulador detém o mandato e o dever de atuar para assegurar a resiliência do sistema financeiro, com a adoção de regime de resolução que afaste o risco de contágio e que leve à rigorosa apuração dos fatos e à responsabilização dos agentes de mercado. "Essa atuação decorre da

autoridade regulatória do BC, que é fundamental para a credibilidade e confiança do sistema financeiro, e compreende medidas que podem levar à necessidade de liquidação de instituições financeiras que se revelam incapazes de manter suas atividades. Trata-se de um pilar essencial da regulação e da estabilidade financeira, que confere ao regulador independência técnica e autonomia, exatamente para que suas decisões sejam respeitadas sob a ótica prudencial, da solvência e da disciplina de mercado", explicou a instituição.

Com o início dos pagamentos aos 800 mil credores do Banco Master, anunciado para esta semana, o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) informou, ontem, por meio de nota, que "não há um prazo legal definido para o pagamento das garantias, mas que trabalha para que os resarcimentos ocorram no menor tempo possível".

A expectativa da instituição é de que os depósitos ocorram em até dois dias úteis após a conclusão da solicitação pelo credor, com base em experiências anteriores. O FGC esclareceu ainda que, por motivos de segurança e prevenção a fraudes, parte dos pedidos pode passar por etapas adicionais de verificação de identidade.

Nas pesquisas, a pesquisa Atlas/Intel apontando menor distância na intenção de votos entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) também colaborou para o movimento positivo da B3, uma vez que o mercado financeiro confia na promessa do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de seguir a cartilha do ex-ministro da Economia Paulo Guedes, segundo analistas. (Com Agência Estado)

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

Hospede-se no **Windsor Marapendi** e viva o Carnaval com todo conforto.



Localização privilegiada



Gastronomia internacional



Atendimento personalizado



Serviços exclusivos

Aproveite o evento que abre alas para o maior espetáculo do mundo



FELJOADA
CARNAVALESCA 2026
WINDSOR BARRA
14 FEV | 13h às 19h

PARCELE EM ATÉ **6X SEM JUROS**
Adquira seu ingresso em
windsortickets.com.br



Reserve agora - windsorhoteis.com

TRABALHO



Segundo ministro Guilherme Boulos, mudança é foco do governo e garante qualidade de vida ao trabalhador

Boulos apoia fim da escala 6x1

» FERNANDA STRICKLAND

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGP), Guilherme Boulos, afirmou que o fim da escala de trabalho 6x1, que garante apenas um dia de descanso semanal, é uma medida urgente e necessária para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, impulsionar a produtividade. A declaração foi feita, ontem, em entrevista ao programa *Bom Dia, Ministro*, que reúne rádios e portais de notícias de diversas regiões do país.

Segundo Boulos, a revisão da jornada de trabalho integra as prioridades do governo federal com foco no ciclo político de 2026. A proposta em debate prevê a adoção de uma escala máxima de 5x2, com carga semanal de até 40 horas, sem redução salarial. Atualmente, a legislação trabalhista brasileira permite jornadas de até 44 horas por semana. "O debate está avançando muito bem no Congresso. Na semana passada, estive com o presidente da Câmara, Hugo Motta, ao lado do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e há um ambiente favorável para

que a proposta seja votada ainda neste semestre", afirmou o ministro. De acordo com ele, a iniciativa busca responder a uma demanda histórica dos trabalhadores por melhores condições laborais.

Na entrevista, Boulos argumentou que a redução da jornada não deve ser encarada como obstáculo ao desempenho econômico. Para sustentar a posição, citou experiências internacionais em que mudanças semelhantes resultaram em ganhos de produtividade. Entre os exemplos mencionados está a Islândia, que adotou uma jornada de 35 horas semanais e registrou crescimento econômico, além de melhorias nos indicadores de produtividade. Casos nos Estados Unidos e no Japão também foram lembrados, com empresas que testaram semanas de quatro dias e obtiveram resultados positivos.

O ministro ainda destacou dados de um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado em 2024, que analisou 19 empresas que reduziram a jornada de trabalho. Segundo o levantamento, 72% dessas empresas tiveram aumento de receita e 44% registraram melhora no cumprimento de prazos. "Isso mostra

que a redução da jornada não significa queda de desempenho. Em muitos casos, ocorre exatamente o contrário", afirmou.

A defesa do fim da escala 6x1, no entanto, também gerou críticas no meio jurídico. Para o advogado trabalhista Maurício Corrêa da Veiga, sócio do escritório Corrêa da Veiga Advogados, o debate é válido, mas a forma como ele vem sendo conduzido pode gerar insegurança. "A discussão sobre a escala 6x1 é legítima, mas a declaração é inoportuna para quem ocupa um cargo cuja missão institucional é o diálogo e a mediação social. Ao se posicionar de forma categórica sobre o fim de uma escala hoje legal, sem propor normativa concreta, cria-se insegurança jurídica e expectativas que não encontram respaldo imediato na legislação", afirmou.

Para Boulos, apesar das divergências, a revisão da jornada de trabalho faz parte de uma agenda mais ampla de valorização do trabalho no país. "Trata-se de uma questão de dignidade. Queremos um modelo que respeite os trabalhadores e, ao mesmo tempo, fortaleça a economia brasileira."